

O local diante do global

51

JORGE DELL'ORO

A configuração de ambientes urbanos e atores sociais não só é impulsionada pelo espaço do público-privado, mas também pela articulação entre o local e o global. A defesa da identidade e, portanto, do autóctone, é ameaçada ou, em muitos casos, diluída por um fenomenal processo de uniformidade, produto do esquema global de produção e intercâmbio econômico.

Em um mundo globalizado, as fronteiras se tornam difusas e as culturas tendem a se fundir. Com maior intensidade, os países menos desenvolvidos são penetrados por meios de comunicação e hábitos de consumo alheios. Seus sistemas democráticos de governo são erodidos, ficando sem poder de negociação, submetidos a imposições de conduta e decisões tomadas nos grandes centros financeiros; não achando outra saída que a de ser globalizados em condições de absoluta fraqueza.

O processo de globalização, isso não só acontece no nível econômico, mas também no cultural. As pautas de consumo e os campos culturais são globalizados, derrubando a dimensão cultural original, o que resulta em um perigoso processo de perda de identidade.

O sentido do mundo e do real é redefinido pela grande influência dos meios massivos de comunicação que reformulam/molduram a nossa maneira de ver as coisas, o espaço e o tempo. “*O que é real não é o nosso contato direto com o mundo, mas sim o que é dado na TV. A televisão é o mundo*”¹.

1 Kuan Hsing Chen. “The Masses and the Media: Baudrillard’s Implosive Posmodernism”, em *Theory, Culture and Society*. London: Sage, Vol. 4, 1987.

Sob esta influência quase hegemônica da televisão os hábitos são unificados e surgem novos referentes da cultura mundial, especialmente dos Estados Unidos, substituindo o modelo anterior proveniente da Europa.

A visão eurocêntrica – que tem como pilar a transferência do poder político dos Estados para centros supraestatais – não repara que muitas sociedades não atingiram a primeira modernidade; isto é, em um mundo claramente assimétrico estão longe de poder prescindir de parcelas de soberania que nunca tiveram e, porém, necessitam. No caso de muitos países latino-americanos seus governos não controlam as variáveis econômicas – fluxos de investimentos, taxas de câmbio ou transações internacionais – nem tampouco podem impedir ou filtrar a penetração forânea.

Estes novos hábitos econômicos e culturais ainda têm seus efeitos na morfologia e comportamento das cidades através de mudanças e deslocamentos de zonas de residência (condomínios/country-clubes), como a proliferação de centros comerciais (*shoppings*, centros de lazer). Isso não só exacerba o consumo, mas também o modifica, já que desenvolve um maior interesse pelo estético – decoração das casas, remodelações, cartazes publicitários – que não são outra coisa do que uma manifestação da ostentação e do cosmético da aparência.

Muitos especialistas acham que o (re)aparecimento de localismos é a resposta atual a esta transnacionalização cultural; vulnerada a identidade nacional, aparecem os localismos e regionalismos. Quando os hábitos e tradições são ameaçados do exterior, o sentido de pertença tende a se configurar sobre o mais próximo; isto é, a sociedade procura abrigo no imediato: sua família, seu bairro, sua cidade; em definitiva, na essência mesma de sua identidade.

Se analisarmos o conceito que liga o cidadão aos limites territoriais que lhe conferem sua identidade, poderemos afirmar que ela não pode ser reproduzida pela globalização. Ao nosso critério, devemos lutar contra o conceito de “cidadania global” que alguns pretendem impor. Está demonstrado que nos últimos tempos, em decorrência de uma falta de planejamento urbanístico integral e/ou da construção de cidades a partir de modelos baseados em aspectos estritamente econômicos e arquitetônicos, onde a especulação imobiliária prevalece, onde a dimensão cultural tem estado parcialmente ausente, não tendo sido suficientemente levada em consideração; por causa do urbanismo anárquico, conformaram-se espaços com grande densidade de população que foram o germe para a irrupção de conflitos sociais² intensos – se não radicalizados.

2 Sentimentos nacionalistas, étnicos e religiosos que em muitos casos optaram por recorrer à violência como forma de se defenderem diante do desconhecido ou forâneo.

O resgate e a valorização do local adquirem uma importância substancial a partir do acionar político e cultural. Hoje mais do que nunca, a defesa dos valores culturais, das tradições e do patrimônio, são premissas indispensáveis para que cada cidadão volte a sentir que “pertencer” faz sentido. Esta pertença o abriga de um mundo hostil, onde as culturas influentes – dadas pelo poder econômico – o encantam e condicionam a consumos culturais que não lhe são próprios. Por isso, dar a ele a possibilidade de se encontrar com o que é seu é uma tarefa quase obrigatória dos governantes.

Tem aqueles que confundem as cidades multiculturais com a falta de uma identidade própria ou justaposição de identidades. Compartilhamos o pensamento de George Yúdice³ quem afirma: “Os multiculturalistas não são tolos incapazes de ver que estão comprando a revolução em um *mall*; no caso, acham que é impossível jogar o jogo da cidadania não só por meio do consumo, mas também, o que é mais importante, de representações”.

A pergunta seria: será que a multiculturalidade não acaba sendo feita pelo casamento mercado/identidade? Talvez se possa dizer que as “multiculturas” são nichos de mercado, gerados pela sociedade de consumo, visando direcionar melhor seus produtos. A apreciação pode ser temerária, porém, se levássemos em conta que existem empresas de marketing e agências de propaganda, especializadas em atender grupos tais como gays, afro-descendentes, latinos ou outros, não soaria tão disparatada.

“Humanizar a cidade” foi o lema que a UNESCO levou para a “Cimeira das Cidades” (HABITAT II) em 1996. Ele abrange dois aspectos:

- a procura por restituir aos cidadãos o destaque que a globalização lhes tirou e
- o fomento do desenvolvimento de políticas culturais capazes de fortalecer suas identidades.

O desenvolvimento de políticas culturais é o meio mais natural e, atrevemo-nos a afirmar, o mais efetivo para conseguir esse objetivo. Não existe outro meio ou solução se não que as cidades adquiram internacionalidade; por isso citamos Panayotis Soldatos, quem claramente o declara quando afirma que:

... em um mundo onde a sociedade nacional perde progressivamente seu cordão protetor, sobretudo no plano socioeconômico, os grupos e coletividades

3 Yúdice, George. *El recurso de la cultura*. Barceone: Editora Gedisa, 2002.

*territoriais, regionais ou locais, se veem obrigados a reagir em um contexto de interdependência que se traduz em termos de vulnerabilidade e de oportunidade. Nossas cidades procuram acoplamentos, como operações mais além das fronteiras; nossos prefeitos viram embaixadores itinerantes de promoção econômica; nossas câmaras de comércio mediatizam a abertura internacional das nossas empresas (sobre tudo pequenas e médias); nossos governos nacionais começam a se adaptar, aos poucos, ao princípio da para-diplomacia das cidades.*⁴

Apesar de compartilharmos a visão de Soldatos, não podemos se não reconhecer que ela é formulada a partir da visão da economia/produção e pode ser questionada por aqueles que entendem que nem todas as cidades produzem bens e serviços exportáveis. É parcialmente verdade, e parcialmente não o é, já que se eu adotasse uma postura de cidade cultural, as indústrias culturais “fabricariam” produtos exportáveis, além de gerar um fluxo turístico que permitirá dinamizar a economia da cidade. Neste contexto, os municípios têm o desafio de achar seus próprios espaços de desenvolvimento dentro dos espaços globalizados ou, pelo contrário, poderão ser removidos ou excluídos.

Barcelona – quarta cidade europeia escolhida pela sua oferta cultural depois de Londres, Paris e Roma – obtém inúmeros benefícios econômicos somente por um de seus “produtos”: a Sagrada Família. O monumental templo desenhado por Gaudí foi visitado por 2.537.729 pessoas em 2006; com um valor geral do ingresso de €8, a arrecadação atingiu o significativo algarismo de € 20.277.832. Esse é apenas um exemplo que confirma que a cultura também pode produzir riqueza⁵.

A gestão estratégica e o posicionamento das cidades conseguem um grande impulso por meio da construção de uma Marca Cidade que a projeta em nível nacional e internacional e na qual a gestão cultural pode – e em alguns casos deve – ter um lugar preponderante. Esses conceitos serão desenvolvidos mais adiante, porém, consideramos necessário ir familiarizando-nos com eles.

A abordagem a partir da identidade e da tarefa cultural acrescenta seu valor diferencial ao mesmo tempo em que pode ser o motor que permita envolver ativamente os habitantes nesse projeto. A cultura/identidade é uma possibilidade de revalorizar o território, já que está estreitamente ligada à

4 Soldatos, 1986. Citado em Sérieyx, 1994, 178.

5 Fonte: www.noticias.ya.com/local/cataluna/04/1/2007/sagradafamilia_noticias

abordagem em que se baseia, o que acarreta benefícios e inconvenientes.

Entre seus benefícios podemos citar que – diante de outras alternativas econômicas – resulta bastante complexo “deslocalizar” os processos produtivos ligados à cultura. É complexo, porém não impossível, criar produtos e serviços econômicos – dentre os mais tradicionais, artesanato, culinária e música folclórica – ligados ao patrimônio cultural de uma cidade ou território fora de seu perímetro territorial.

Dentre os inconvenientes, podemos mencionar o fato de que as peculiaridades culturais de cada cidade ou território condicionam e determinam suas potencialidades; isto é, o que torna a cultura diferente de outros produtos e serviços econômicos é que as alternativas de valor agregado social dependem de sua particularidade e especificidade.

É importante esclarecer o que se entende por cultura e para isso é preciso recorrer a diferentes acepções feitas por especialistas... Para John Thompson (1990) – quem nos propõe uma nova visão ou enfoque – a análise da cultura tem que ser vista como o estudo das formas simbólicas, ou seja, as ações com significado, objetos e expressões de diferentes tipos, em relação a processos históricos particulares e socialmente estruturados, nos que essas formas simbólicas são produzidas, transmitidas e recebidas⁶.

Em particular, Thompson acentua seu maior valor por sua essência estruturada. De uma perspectiva econômica, a importância desta definição se baseia na incidência dos aspectos de produção, transmissão e recepção; se fizéssemos uma tradução para a linguagem do marketing, poderíamos dizer que são a distribuição e o consumo.

Levar em consideração que: as formas simbólicas são os produtos; a análise cultural é o estudo de marketing sobre como esses bens são produzidos, distribuídos e consumidos.

Não restam dúvidas sobre o valor que o território dá a identidade; a cultura não só se evidencia em um monumento histórico ou em um conjunto social estruturado, mas também em um território determinado.

Assim chegamos à conclusão seguinte:

a cultura é um sistema compartilhado de valores, crenças e práticas que tem uma clara dimensão territorial.

6 Thompson, John. *Ideology and modern culture*. Cambridge, U.K.: Polity Press, 1990.

É no território onde as múltiplas reações de uma sociedade se conjugam e o âmbito onde se determinam questões fundamentais sobre o grau de satisfação humana, como são o sentido de pertença ou a canalização de necessidades expressivas e comunicativas que toda comunidade organizada tem.

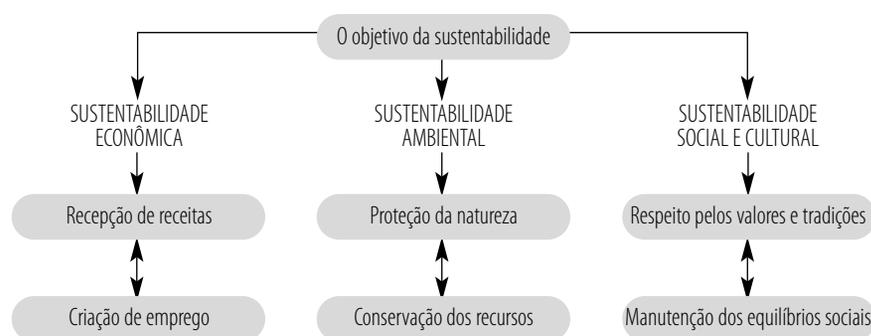
UM PROJETO SUSTENTÁVEL

Uma gestão eficaz dos governos de cidades deve basear-se em um plano de desenvolvimento “sustentável”; isto é, um modelo de desenvolvimento que inclua uma ampla participação cidadã sob os critérios de equidade e transparência.

A gestão deve fazer uso do planejamento estratégico e do planejamento territorial. Só desse modo ela poderá ser eficaz, eficiente e competitiva, a fim de garantir a inserção dessa cidade dentro de um espaço do mundo globalizado.

O desenvolvimento integral e sustentável de uma cidade abrange a aplicação de instrumentos de desenvolvimento econômico, social, populacional, cultural e ambiental, por meio de planos, programas e projetos voltados a gerar condições que permitam o crescimento econômico harmônico com a dinâmica geográfica, o desenvolvimento social equitativo e a conservação do meio ambiente, voltado para o exercício pleno dos direitos dos homens e mulheres e a igualdade de oportunidades.

Os três pilares da sustentabilidade



Fonte: OMT, 1999: 19.

Da mesma forma, os produtos sustentáveis são definidos como “aqueles que são desenvolvidos em harmonia com o meio ambiente, a comunidade e

as culturas locais, de forma que elas se transformem em beneficiários permanentes, não em vítimas do desenvolvimento”. (OMT, 1999 p.19).

A **sustentabilidade econômica** significa que o objetivo não é a rentabilidade imediata das operações, mas também que o verdadeiro desafio é sua consolidação produtiva e social e seu aporte para o desenvolvimento socioeconômico duradouro.

A **sustentabilidade ambiental** envolve a conservação e o respeito pelos recursos e valores naturais, que são a base da própria atividade turística e cuja existência há de ser garantida no futuro para o próprio sustento da atividade e para garantir que as gerações por vir usufruam o meio.

A **sustentabilidade social e cultural** a rede social e os recursos culturais hão de ser os motores do desenvolvimento, jamais simples objetivos de consumo com exclusivo valor de mudança. A autenticidade e conservação dos valores sociais e culturais são uma garantia de sucesso para a construção de uma Marca Cidade.

O cidadão deixou de ser um simples algarismo estatístico, porém não por isso achamos que exista o (re)aparecimento de um novo impulso individualista. Cada cidadão se concebe a si mesmo como uma identidade dentro do grupo e deseja ter um peso coletivo. Essa nova propensão marca os contornos de um cidadão plural e solidário, que prefere políticas participativas em rede, antes do que um gerenciamento diretivo e superior em forma de estrela⁷.

Para que a democracia se consolide nos municípios – que, ao nosso critério, estão destinados a ser a base de sustentação do sistema democrático – terá que conseguir-se que os cidadãos superem suas demandas assistenciais e passem para uma atitude madura que lhes permitam participar nas decisões de sua comunidade de forma responsável. Para que estejam satisfeitos com o sistema democrático, é necessário que tenham noção dos custos de suas expectativas e do difícil que resulta a gestão governamental.

CONSOLIDAR A DEMOCRACIA NO TERRENO

Talvez a Democracia Participativa seja a nova forma de fazer política, nem tanto por uma visão adiantada dos políticos, mas sim por ser produto das demandas que a sociedade vem fazendo por ganhar parcelas de participação e destaque na hora de avaliar os atos do governo.

7 Na liderança em forma de estrela existe um chefe e tudo depende dele; no enfoque participativo em rede, pelo contrário, os cruzamentos são múltiplos.

Se afirmarmos que o espaço ideal para o desenvolvimento do poder é o âmbito local, democracia e cidadania deveriam confluir e cultivar um fluido intercâmbio que retroalimentasse a tão pregoada⁸ – porém pouco praticada – democracia participativa. Ela se traduz em um mecanismo que – bem articulado entre o poder político e os cidadãos – decorre em decisões que têm estabilidade, pois foram fruto do consenso da maioria da sociedade, que ainda se sente fortalecida na gestão de se auto-organizar.

Este processo tem três fases e cada uma deve ter adequada comunicação entre si:

1. Discussão de objetivos
2. Debate de projetos
3. Acompanhamento

O horizonte temporal será mais prolongado, porém os projetos serão avalizados pelo consenso que os gerou e, sobretudo, vão respeitar a identidade. Hoje a política parece como se fosse exigida para satisfazer as necessidades e demandas dos cidadãos de forma imediata, mas deixa de lado o aspiracional; isto é, como sentem a cidade, como a veem e que desejam dela no futuro. É necessário alentar a apropriação do projeto – “empoderamento”⁹ cidadão. Essa será a melhor maneira de unir milhares de vontades em um projeto comum.

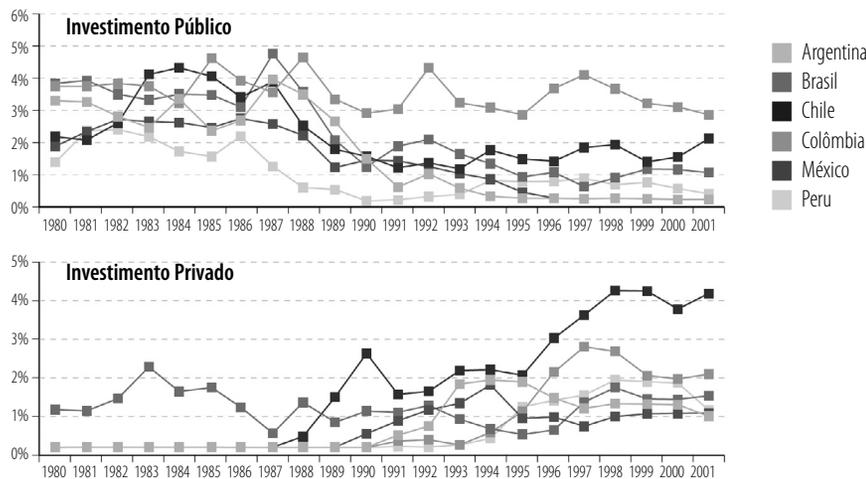
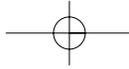
Atualmente, os países em desenvolvimento têm menos dinheiro para o governo, isto é, para fazer coisas e para a prestação de serviços. Simultaneamente, existe maior exigência de gestão de governo, isto é, de construir a sociedade, de convencer os diversos grupos de interesse para que abracem estratégias comuns.

No entanto, a diminuição do investimento do Estado em infraestrutura tem diminuído na América Latina a partir da década de 1980, exceto no Chile, onde o capital privado fez o país dar um salto positivo desde 1995.

A imposição dos órgãos financeiros internacionais de reduzir o orçamento público afeta o desenvolvimento de nova infraestrutura, particularmente nos países mais endividados.

8 Poderia afirmar-se que a democracia participativa teve problemas comunicacionais: em muitos casos foi adotada como se tratando de um slogan publicitário – esvaziando a concepção política que a sustenta –; em outros, sua conceitualização resultou difusa.

9 O vocábulo em inglês *empowerment* é de difícil tradução para o português. Poderia ser definido como o fato de delegar poder e autoridade aos subordinados e de conferir-lhes o sentimento de que são donos de seu próprio trabalho.



Fonte: CEPAL.

As áreas tão sensíveis como a Saúde e a Educação também sofreram uma forte diminuição de seus orçamentos, bem como as prefeituras médias foram afetadas nos planos de infraestrutura.

É importante frisar que:

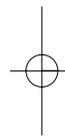
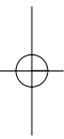
a democracia participativa não se contrapõe de qualquer forma – como certo setor da classe dirigente pretende dar a entender – mas sim complementa a democracia representativa.

O mandato que os cidadãos conferiram a seus representantes continua existindo, o que não impede que se envolvam mais ativamente e almejem ser levados em consideração mais além do dia em que conferiram essa representação por meio do voto.

Na participação cidadã, a América Latina tem uma oportunidade que poderíamos dizer que é histórica. Quanto a isso, Mónica Baltodano sustenta que:

Embora a democracia e a participação se apresentem diante de nós como concomitantes, é a crise da democracia que parece abrir mais amplamente as oportunidades à participação, projetando-a como uma necessidade e, a cada vez mais, como um imperativo para gerenciar o complexo propositivo de sua formalização jurídica-política na institucionalidade democrática¹⁰.

10 Baltodano, Mónica. *Democratizar la democracia: El desafío de la participación ciudadana*. Manágua, Nicarágua: Ed. Graphic, 2002.



Por isso, não se devem poupar esforços no desenvolvimento de uma verdadeira cultura democrática urbana, que seja capaz de ultrapassar as limitações implícitas que muitas vezes se apresentam nas agendas de governo, reduzidas à luta antagônica e conjuntural entre governo versus oposição. O grande desafio para a frente é estabelecer uma pauta própria para cada cidade – que não seja estabelecida a partir do Poder Executivo Nacional – na qual consensos renovados dentre os diferentes atores políticos possam ser gerados.

A IMPORTÂNCIA DO BAIRRO

Fazemos parte do espaço em que vivemos e de sua identidade; seja do local particular da nossa casa até a vizinhança da qual nos apropriamos – seus vizinhos, seus comércios, suas praças –, bem como das sensações que são geradas a cada dia quando transpassamos a soleira da porta das nossas casas. O sentido de pertença do território não é só um comportamento dos animais, mas também dos humanos, que necessitamos dominar a nossa proximidade, ter o nosso próprio território, que faz parte dos nossos afetos.

“É a redescoberta da vizinhança e um renovado atendimento sobre o próprio ambiente, bem como sobre a vila global (a maior eficácia da participação no micro e o afastamento das grandes organizações político-sociais). Começa um nascente sentido de localidade e uma forma de comunitarismo não ligado às mobilizações e partidos políticos, mas sim a uma reconstituição de certezas e identidades em redes primárias¹¹”.

Mais além das funcionalidades da proximidade da infraestrutura local – a escola, o açougue, a banca de jornais etc. – essa relação de apropriação é determinante no relacionamento produzido pelo fato de morar em um espaço urbano que nos resulta familiar e que, de alguma maneira, nos enche de satisfação. Daí que se as pessoas não se sentirem confortáveis em seu bairro, acabarão rejeitando-o, correndo-se o risco de começar a rejeitar à sociedade organizada. Isso acontece em alguns lugares onde se apresentam altos graus de hostilidade mais além da condição social de seus habitantes. A violência e a criminalidade fazem parte da paisagem urbana em quase toda cidade latino-americana (incluir uma estatística de 2-3 cidades no norte, centro e sul da América Latina, um conceito de imagem e, para cimentar a afirmação, se for

11 García Delgado, Daniel. *Estado y sociedad*. FLACSO Editora Tesis Norma, 1994, p.237.

achada, citando a fonte: preferivelmente com mudanças em linha de tempo: faz 10 anos, 5 anos, hoje), que inevitavelmente acaba dividindo os cidadãos entre vítimas e verdugos. As cidades hoje estão divididas, por um forte contraste entre as zonas ricas e pobres, com classes médias fazendo um grande esforço por não descer para uma categoria inferior.

Evolução das taxas de homicídios em alguns países selecionados da América (Cada 100.000 habitantes)

País	1980	1990	1995	1999	1980-95 (variação)	1980-99 (variação)
EUA	10	9	8	6	-2	-4
República Dominicana	8	12	13	14	5	6
Argentina	4	5	7	10	3	6
Colômbia	20	89	79	-	59	-
Venezuela	12	15	22	-	10	-
Brasil	11	20	30	-	19	-
Chile	3	3	5	-	2	-
Uruguai	3	4	6	-	3	-
México	18	18	19	-	1	-
Panamá	2	11	12	-	10	-
Equador	6	10	18	-	12	-
Peru	2	11	10	-	8	-
Costa Rica	6	5	10	-	4	-
Paraguai	5	4	18	-	13	-
Média dos Países Desenvolvidos	-	5	5	5	0	-

Fonte: Tabela própria construída em base aos relatórios da CEPAL; até 1998 inclusive e relatórios do PNUD até 1999.

Como se pode observar na tabela acima, no começo na década de 1980, exceto a Colômbia, Venezuela, México e Brasil, os países latinoamericanos tinham taxas de homicídios debaixo da taxa dos Estados Unidos e próxima da taxa média dos países desenvolvidos, mantendo-se estável ao longo do

período apontado. Isso refuta a tese de alguns tratadistas sobre o fenômeno na América Latina, que qualificam a violência da região como um problema de tipo cultural. (Baseado nos relatórios da CEPAL até 1998 e do PNUD até 1999).

Enquanto que os Estados Unidos reduzem sua taxa de homicídio ao longo do período, todos os países da América Latina a elevam, atingindo a maioria deles taxas de dois algarismos.

É importante salientar que a tendência predominante na década de noventa foi o recrudescimento da violência, apesar da melhora relativa nas condições de vida da população a respeito da década anterior. Ainda, países muito reconhecidos pelos níveis educacionais de sua população e pelo ambiente de sossego das suas cidades mais importantes, como o caso da Argentina e Costa Rica, ingressaram ao grupo de países com taxas de homicídio que dobram as médias mundiais.

E não é com maior repressão policial ou com planos solidários que este preocupante fenômeno de exclusão e violência será solucionado, e menos ainda com ações “biombo” que muitos governantes usam para cobrir essa realidade.

Um dos fenômenos é a proliferação de bairros ou condomínios fechados e protegidos pela segurança privada na periferia das grandes cidades. Os governos não estão fornecendo a segurança necessária. As pessoas, diante do temor e da angústia pela falta de segurança, vão morar a um local amuralhado



e com pessoal de segurança para se sentirem seguras. Ninguém pode culpar esses cidadãos pela atitude assumida. Contudo hoje, que já passaram 10 ou 15 anos desses desenvolvimentos urbanísticos, que já tiveram seu auge e podemos dizer que não deram certo.

Longe de aumentar a segurança das pessoas que neles moram neles, a enfraqueceu, sendo hoje alvo muito visível, pois ao saírem desses bairros são uma presa fácil da criminalidade. Dentre seus temores, podemos incluir as saídas noturnas de seus filhos e, muitas vezes, até os amigos recusam convites por medo de serem assaltados nos acessos.

Urbanisticamente, quebraram a trama de muitos bairros da redondeza, onde os moradores, de condição mais humilde, devem dar grandes voltas para poder ter acesso a um meio de transporte. Sem dúvidas, isso gera maior receio entre as classes sociais e torna mais marcante a diferença entre o rico e o pobre. Tudo isso gera atritos sociais, que no longo prazo se transformam em violência e tornam mais difícil a recomposição e a convivência dos diferentes atores sociais.

Boa parte dos cidadãos que deixaram cidade para morar em um desses bairros deve ser acrescentada a todos esses conflitos. As complicações que eles têm no dia a dia para chegar aos seus trabalhos viram entediamentos, pois os acessos às cidades ficam lotados, gerando atrasos, maior consumo de combustível, mais poluição e maior quantidade de acidentes etc. Isso nos indicaria que já não é sustentável morar a 40 ou 50 km do local de trabalho. As cidades vão ter que se preparar para quando essas pessoas começarem a voltar.

Aqueles que tiverem a obrigação de planejar as cidades do futuro terão de levar em consideração esse fenômeno inverso daquele de duas décadas atrás, quando começaram a ficar despovoadas.

Os franceses que – por circunstâncias históricas deveram dedicar-se ao estudo destes temas – recomendam criar “*bassins de vie*”; quer dizer, fontes de vida. Esse conceito faz referência às características da vida social que conformam a particularidade de um bairro. A escola, um clube, um centro cultural. É nestes âmbitos onde essa visão política aplicada a um município pode fortalecer a identidade cidadã, dando-lhe à comunidade possibilidades de integração e participação para que ela comece a fazer parte de um projeto mais ambicioso como é sentir orgulho da cidade onde se mora.

Um exemplo ilustrativo é a tarefa que o estado do Rio de Janeiro está fazendo nas favelas, por meio de uma ONG chamada “Viva Rio”. Esta organização visa à formulação de políticas públicas com o objetivo de promover a cultura da paz e o desenvolvimento social nas zonas mais desfavorecidas e vio-



lentas da cidade. Da sua fundação, no final de 2003, tem empreendido mais de 500 projetos em 350 favelas. Os programas focalizam cinco áreas: segurança pública e direitos humanos; educação; desenvolvimento da comunidade; esportes; meio ambiente. Eles promovem a geração de ações ou outros resultados conforme métodos simples e claros que lhes permitem ser reproduzidos em função das demandas públicas. Para a implantação destas políticas públicas se trabalha de forma conjunta por intermédio de associações com órgãos públicos, empresas privadas e organizações do “terceiro setor”, patrocinando o fortalecimento da sociedade civil ao promover o trabalho com associações de moradores e das favelas.

Visto que a educação dada na maioria das escolas e nas favelas e nos subúrbios não conduz para o emprego nem o ingresso à universidade, o “Viva Rio” coordenou cursos especiais para mais de 50.000 alunos do ensino básico e médio. Por outra parte, tem melhorado a educação de mais de 25.000 estudantes de baixa renda, capacitando-os em computação e Internet nos seus Clubes Informáticos (Vargas, 2001). O “Viva Rio” tem ainda seu próprio web site¹², com notícias e matérias de fundo sobre os direitos, o antirracismo, os movimentos sociais e a música e a cultura juvenil que interessam principalmente às comunidades de baixa renda.

Em termos de segurança, o “Viva Rio” – associado com o governo estadual do Rio de Janeiro – negociou e fiscalizou a destruição de mais de 100.000 armas, um fato sem precedentes na história mundial. Quanto aos direitos da cidadania, atende a mais de 15.000 casos de violação de direitos em oito favelas, no seu Balcão de Direitos, que equivale a um Centro de Serviços Jurídicos. Como parte do desenvolvimento da comunidade, esta iniciativa entregou 12 milhões de Reais em créditos para 7.000 pequenos comércios e instalou estabelecimentos e empréstimos nas favelas da cidade. Ainda,

12 Ver: www.vivafavela.com.br

participa e promove outra grande quantidade de atividades que podem ser consultadas acessando seu *web site*: www.vivario.org.br.

Sempre necessitaremos que os habitantes estejam, mas, principalmente, que se sintam incluídos dentro de sua cidade. Neste caso é que o marketing tem que ser pensado para as pessoas e não como uma ferramenta para captar clientes/votos. Voltar o conceito é a chave e é aí onde a democracia adquire sentido, já que os dirigentes não deverão agir como atores principais, mas sim como agentes facilitadores das operações, no benefício geral de seus con-cidadãos.

Por isso, entendemos que os bairros deveriam eleger uma pessoa¹³ que possa exercer o contato e criar vínculo entre os vizinhos e a prefeitura ou municipalidade. O ideal seria ter um referente por cada bairro, que deveria estabelecer um contato fluído com as associações que atuam nesse território para poder transmitir e tornar mais ágeis as inquietações dos vizinhos, visando que os projetos e requerimentos não se percam no labirinto burocrático que toda organização governamental inevitavelmente tem.

Assim essas demandas poderiam ser articuladas dentro da estratégia geral para posicionar a cidade. Recomendamos começar daí o levantamento de informações que serão indispensáveis para a formulação estratégica da Marca Cidade. Os bairros, suas pessoas, seus comportamentos, são os verdadeiros lugares para construir uma sólida identidade que depois poderá ser difundida para o mundo sem medo de errar.

As políticas setoriais de uma cidade implantadas pelas autoridades públicas não podem ser abordadas somente segundo os princípios básicos da boa administração. É preciso intervir a cada vez mais por meio da mobilização dos setores públicos e privados – com frequência de forma simultânea e coordenada – para que atuem em múltiplas áreas e em diferentes níveis da organização e da sociedade. Com outras palavras, é preciso estabelecer sinergias entre os diferentes atores envolvidos e as diferentes políticas propiciadas pelos diferentes níveis da organização administrativa.

Os enfoques integrados para o desenvolvimento se baseiam precisamente nesses princípios. Seu objetivo não é substituir os tradicionais enfoques da gestão social e urbana – ou os profissionais envolvidos nela – mas sim construir em seu lugar outro âmbito para trabalhar, onde as propostas possam ser mais efetivas. Seu objetivo não é requerer/mobilizar mais dinheiro ou mais

13 Pelas características das tarefas que terá a seu cargo, seu perfil deveria ser de caráter social mais do que político.

meios que aqueles de que disponha, mas sim utilizar melhor e agir de forma tal que sua eficácia para gerar fluxos entre os programas e projetos seja incrementada. A diferença deste enfoque reside em que não se trata de uma questão de fazer mais, mas sim de intervir de forma diferente, apoiando uma transformação e modernização dos sistemas e modos de intervenção nas cidades. O desafio que as cidades terão que afrontar – seja qual for seu nível de prosperidade consiste em voltar a pensar em contribuir para a reconstrução de novos sistemas de governo urbano.

○ BAIRRO COMO EPICENTRO DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

Os atores significativos de uma cidade e, particularmente, de um bairro, não são só os vizinhos. Através de uma série de intercâmbios e seminários, eles devem ser animados para desenvolverem um interessante programa de regeneração de sua própria vizinhança. A chave da proposta integrada consiste em incluir enfoques globais que hão de levar em consideração a diversidade e complexidade dos processos de transformação que estiverem acontecendo nas sociedades urbanas.

Todos os programas realizados no marco deste enfoque – a regeneração econômica, a restauração física da área, o desenvolvimento dos recursos humanos e culturais etc. – hão de ser desenvolvidos sinergicamente para produzirem mais efeitos do que aqueles que resultarem de sua implantação de forma isolada. Tratam-se de enfoques transversais e interassociados. O concurso e o acordo sobre estas ações pressupõe que os participantes, especializados na sua própria área de competência, possam trabalhar juntos de forma simultânea.

Um dos objetivos dos enfoques integrados é fazer com que, trabalhando juntos, se chegue a modificar o modo de pensar e agir de pessoas que até agora se haviam ignorado mutuamente, ainda, promover uma renovação de sistemas administrativos que se adaptem melhor à complexidade dos problemas presentes. Esta colaboração deve ser organizada pelos vizinhos, já que são eles os agentes mais envolvidos nos programas e que concretizarão as ações empreendidas, obrigando os sistemas de gestão a se ajustar conforme os serviços que ofertarem.

Um exemplo é a agrupação Defendamos a Cidade, de Santiago do Chile, que desenvolveu um voluntariado de cidadãos preocupados pelos assuntos públicos de sua cidade. Agem no marco da lei pela defesa dos direitos humanos, ambientais, sociais, culturais, etc.

Em seus postulados, dizem o que segue abaixo:

“Através da nossa agrupação, encaminhamos aquela vocação política que os partidos deixaram de encaminhar. Da defesa dos direitos passamos para a fiscalização e proposição de políticas públicas. Temos trabalhado com organizações, agrupações informais e indivíduos, dos diversos âmbitos da RM e a V Região; a maioria independente do poder das autoridades.

Acreditamos cada vez mais na necessidade de desenvolver a articulação cidadã com disponibilidade de mobilização e proposta; não só com quem está no nosso tema.

Achamos que ela deve ultrapassar as referências políticas do passado; na nossa agrupação, bem como nos diversos coletivos cidadãos em que participamos, desenvolvemos identidade político cidadã comum, pessoas de todo o leque de cores do velho arco-íris; e com quem nos enfrentamos, muitas vezes são antigos colegas ou companheiros¹⁴”.

No Chile teve a particularidade de que existisse uma ativa militância pelas causas dos moradores; outro dos movimentos é o Movimento Cidadãos Século XXI¹⁵. Esse grupo é um pouco mais radicalizado, fazem um chamado “aos cidadãos cada vez mais educados que sintam que podem e devem assumir a responsabilidade pelo bairro e sua cidade.” Editam uma publicação chamada Cidade Viva.

A territorialização dos enfoques é uma das condições para o sucesso das ações. Promover sinergia entre os colaboradores supõe agir em um âmbito claramente definido¹⁶, para conseguir os efeitos de proximidade e complementaridade. Isso não significa que todas as soluções tenham que vir de uma área territorial, mas sim que o bairro é o local apropriado para concretizar uma análise relevante das dificuldades que a população encontra e para mobilizar todas as redes familiares, comunitárias e institucionais capazes de tirar vantagem das oportunidades que se apresentam. Dito isso, os projetos integrados para a regeneração devem ligar-se a políticas mais globais no plano das aglomerações ou áreas metropolitanas para que as iniciativas

14 www.defendamoslaciudad.cl

15 Mais informações em: www.observatorioviviendayciudad.cl

16 Por exemplo, um bairro ou uma prefeitura, segundo a nova visão territorial da Cidade Autônoma de Buenos Aires.



tomadas neste nível de gestão não tenham efeitos contraditórios a respeito das estratégias empreendidas nos bairros.

A segunda condição para o sucesso dos enfoques integrados é definir projetos concretos. A colaboração, isto é, os encontros entre os participantes e o compromisso dos residentes, não pode ser construído em abstrato. Deve ter como objeto o fato de ser dos diferentes colaboradores – incluídos os vizinhos – para permitir uma ação construtora capaz de promover o dinamismo do bairro. Isso significa que é preciso prestar muita atenção ao alcance e o ritmo de posta em funcionamento das transformações. Poderia acontecer que o ritmo de intervenção fosse diferente daquele preferido pelos representantes e técnicos, bem como pelos residentes. Isso também facilitaria ultrapassar a lógica da escalada de demandas disparatadas que frequentemente se traduzem em um esbanjamento de subvenções – a lógica do cliente – e, ainda, combateria a lógica do Estado de Bem-Estar através da formação dos residentes para assumirem a responsabilidade de seus próprios problemas e a gestão de seu bairro. Realizar fisicamente o projeto é um recurso básico da cidadania.

Finalmente, os enfoques integrados devem fazer parte de um processo – por meio da subscrição de convênios – com as diferentes autoridades e os diversos órgãos financeiros. O convênio é a declaração de que aqueles que colaboram estão comprometidos a precisar dos objetivos com um calen-

dário operacional que dê credibilidade ao programa previsto. Este procedimento contratual permite também uma definição clara do sistema de gestão para a política de regeneração que delegará à gestão do processo eleito em um Comitê Diretor. Este Comitê e a equipe operacional, de certa forma, são um laboratório para a renovação da animação técnica dos sistemas administrativos da cidade, que com frequência têm um papel amplificador na crise das vizinhanças.

Recomendamos consultar o Programa “Um Bairro para minha Família”¹⁷ que vigora no Chile e é articulado pelo governo, com o objetivo de ajudar as famílias que moram em assentamentos a construir a identidade de seu novo bairro. Este tema é amplamente desenvolvido no Capítulo escrito por Vanessa Sabioncello.

Jorge Dell’Oro · Presidente da Dell’Oro Trigo S.A. Comunicação Institucional. Especialista em Comunicação Institucional Política e Municipal. Professor em Universidades da Argentina, Colômbia e Equador. É professor do Mestrado em Marketing e Comunicação Política da Universidade Del Salvador. Membro da OCPLA, Organização dos Consultores Políticos Latinoamericanos, da Fundação Konrad Adenauer.

17 <http://www.tramitefacil.gov.cl/1481/article-115524.html>